

A centralidade da luta de classes para a relação entre classe social e mudanças sociais na teoria marxista

Jaime León¹

Resumo

Este trabalho teórico sobre História do Pensamento Econômico Marxista parte da seguinte proposição: o modo de produção capitalista engendra relações de produção que determinam a luta de classes específica à sociedade burguesa, pois conforma a classe burguesa e a classe trabalhadora e enceta diferentes formas e contradições da consciência social na medida em que as relações de produção se confrontam com o grau de desenvolvimento das forças produtivas. O objetivo é mostrar, através da exposição de algumas das controvérsias que permearam a teoria marxista sobre as classes sociais, que o processo de formação da classe social deve ser pensado junto ao processo de formação da consciência social e que ambos são indispensáveis para a transformação social. A conclusão a que se chegou aponta que enquanto um processo e uma relação históricos, a classe social deve ser apreendida a partir da luta de classes e de suas conexões com a demanda de mudanças sociais, neste sentido o estudo da classe social requer uma análise sobre o Estado e as formas possíveis de democracia numa sociedade burguesa.

Palavras-chave: luta de classes; classes sociais; mudanças sociais; consciência social

Abstract

This theoretical paper on History of Marxist Economic Thought starts from the following proposition: the capitalist mode of production engenders production relations that determine the specific kind of class struggle in a bourgeois society, for it shapes the bourgeois class and the working class and it puts forth different forms and contradictions of social consciousness as the production relations are confronted with the degree of the productive forces. The goal of the paper is to show, through the exposure of some of the controversies amidst the Marxist theory of social classes, that the process of the formation of social class must be thought along with the process of formation of the social consciousness and both of them are necessary for social transformation. The conclusion reached points out that as a historical process and relation, the social class must be apprehended from the class struggle and its connections with the demand for social changes, in this sense the study of the social class requires the analysis about the State and the possible forms of democracy in a bourgeois society.

Key-words: class struggle; social classes; social changes; social consciousness

¹ Professor substituto na Universidade Federal de Alfenas. Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia da UFRJ (LEMA-UFRJ). Membro do Grupo de Estudos Florestan Fernandes (GEFF).

1 – Introdução

O mundo capitalista nestas primeiras duas décadas do século XXI passa por uma transformação econômica, social e política profunda. Após a explosão de uma crise econômica profunda, iniciada em 2007 nos EUA, o sistema econômico mundial passou por uma reconfiguração do capitalismo que marcou um período novo para a sociedade burguesa. A fim de garantir uma reconfiguração da criação de valor em bases minimamente favoráveis ao país *hegemon* (EUA), foram combinados no cenário geopolítico mundial o reforço do neoliberalismo com formas conservadoras e, em muitos casos, autoritárias de regimes políticos, muito embora o grau de abertura política em cada caso varie bastante (Boffo; Saad-Filho; Fine, 2018).

Tal movimento se expressa concretamente com a discussão sobre o fim da chamada “onda rosa latino-americana” e a ascensão de governos claramente conservadores, o governo Trump nos EUA, o Brexit no Reino Unido, a desaceleração do *boom* chinês e a demarcação reforçada dos países africanos como periferia econômica do mundo, por exemplo. Em todos estes casos a marca da redução de direitos sociais e, às vezes, a redução dos direitos políticos da classe trabalhadora é evidente, mesmo que em variados graus. Concomitantemente, tem surgido novas formas de resiliência a estes ataques como, por exemplo, as manifestações dos trabalhadores no Chile em 2020. Estes exemplos encetam a percepção de que no jogo econômico e geopolítico mundial, a classe social ainda é uma categoria importante para o entendimento das formas possíveis para a democracia e suas variantes.

A controvérsia sobre as classes sociais e as mudanças sociais é circunscrita pelas conexões concretas e profundas entre a luta de classes e as possibilidades de transformação social. Este artigo teórico de História do Pensamento Marxista parte da seguinte proposição: o modo de produção capitalista engendra relações de produção que determinam a luta de classes específica à sociedade burguesa, pois engendra a conformação das diferentes formas e contradições da consciência social na medida em que as relações de produção se confrontam com o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Este conflito é o motor da formação das classes sociais, do Estado e das formas políticas possíveis que a democracia ou regimes conservadores e ditatoriais assumem em cada formação social. Neste sentido, o estudo do processo de formação da classe social é indispensável para a transformação social, o horizonte histórico para o futuro segundo o marxismo.

O artigo trata de expor e analisar uma série de elementos teóricos e históricos que constituem e se relacionam àquilo que se chama aqui de o fenômeno da *classe social* e as *mudanças sociais*. O objetivo é mostrar que, para uma perspectiva que reivindica o materialismo histórico, a classe social é um processo e uma relação históricos que dependem da luta de classes e da ação consciente dos grupos de pessoas que constituirão as classes, apesar de a existência da classe não depender da plena conformação da consciência de classe.

Vale lembrar que estes conceitos são todos historicamente construídos e têm suas especificidades em cada formação social. Buscar-se-á, principalmente, na obra de alguns autores da tradição marxista, nominalmente E. P. Thompson, Karl Marx, Friedrich Engels e alguns de seus comentadores contribuições que são indispensáveis para o entendimento da dinâmica da luta de classes na conformação das classes sociais, de suas formas de consciência e das possibilidades de mudanças sociais. Estes autores foram selecionados por seguirem o método materialista histórico dialético, por construírem uma crítica da lei do valor e por terem uma perspectiva revolucionária.

Baseado no método das controvérsias da História do Pensamento Econômico (HPE), desenvolvido por Malta *et al.* (2011) a partir das concepções de Marx (1905-1910 [1980]), Rubin (1929 [2014]) e Dobb (1973 [1977]) este trabalho apreende a HPE como “história em processo”, eivada de rupturas e descontinuidades. Neste sentido, a HPE deve ser historicizada e pode ser estudada a partir da montagem de controvérsias, pois representa a disputa em torno de ideias e conceitos por diferentes pensadores.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo está estruturado em duas seções. A primeira versa sobre a categoria da classe social; a segunda trata das formas da consciência social enquanto fundante para as possibilidades de mudanças sociais; por fim, há as considerações finais.

2 – A controvérsia em torno da classe social: um processo e uma relação históricos

A discussão em torno da categoria histórica de classe social é anterior à discussão marxiana e marxista. Desde os tempos de autores fundantes do liberalismo como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau a desigualdade social e a estratificação social já eram estudadas. Mas seria no século XVIII, com os economistas políticos clássicos que a discussão de uma divisão da sociedade em classes seria elaborada. Já no prefácio de *Princípios de Economia Política e Tributação* (Ricardo, 1817 [1966]), a sociedade é dividida em três grandes classes sociais, a dos proprietários de terra, a do proprietário de estoque ou capital necessário ao seu cultivo e os trabalhadores.

Entretanto, os economistas políticos clássicos tratariam de considerar as relações sociais como um fenômeno da natureza, um dado independente das relações sociais entre os homens. No século XIX, a análise de Marx revolucionaria a economia política clássica através de sua crítica e tomaria o foco do debate sobre classe social. O próprio autor relataria qual teria sido sua contribuição diante das contribuições de outros pensadores da economia política antes dele. Em carta para Joseph Weydemeyer de 1852, Marx afirma:

No que me concerne, eu não tenho o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade contemporânea, nem o de ter descoberto a luta de classes em si. Os historiadores burgueses expuseram, muito antes de mim, o desenvolvimento histórico dessa luta de classes, e os economistas burgueses a anatomia econômica

das classes. O que eu fiz de novo consiste na demonstração seguinte: 1º) que a existência das classes só se prende a certas batalhas históricas relacionadas com o desenvolvimento da produção; 2º) que a luta das classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3º) que essa própria ditadura é apenas a transição para supressão de todas as classes e para a formação de uma sociedade sem classes (MARX, *apud* Lenin, 1917 [2017]: 53-54).

Portanto, vemos que diferentemente da ideia de classes sociais decorrente de relações naturais, a categoria de classe social em Marx é histórica e, portanto, transitória. Tal afirmação é, porém, vaga e é necessário aprofundá-la. Seguindo a obra marxiana, a noção de totalidade é fundamental e a noção de classe social vai requerer a crítica da economia política, da teoria política e da ideologia enquanto uma teoria de transformação social. Vale lembrar a frase: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, *unidade* da diversidade” (MARX, 1859 [2008]: 54. Grifos nossos).

Conforme E. P. Thompson, um historiador marxista inglês cuja análise de classe social é toda fundamentada no uso rigoroso do materialismo histórico, a classe não deve ser confundida com sua forma superficial. Segundo ele, a aparência mistificada da classe nos estudos corriqueiros e dominantes aparece como um grupo de pessoas que está simplesmente em busca de uma maior participação no excedente social, tal como na economia política clássica.²

Indo ao encontro da ideia de Thompson, de que a classe é um fenômeno muito mais complexo, recusa-se aqui a concepção de classe social exclusivamente como uma “coisa” passível de mensuração ou definição a partir de uma posição econômica no processo produtivo ou a partir da localização deste grupo de pessoas numa estratificação social hierarquizada dada, por exemplo, pela posição ocupacional, pela renda, ou até mesmo pelo nível de escolaridade das pessoas. Também se recusa a classe como uma estrutura social, tal como no marxismo ocidental dominante, influenciado por Louis Althusser, no começo da segunda metade do século XX.³ Para entender tais críticas, deveremos passar rapidamente pelos interlocutores e debates com os quais E. P. Thompson se defrontou.

² Ao colocar a luta de classes no centro do debate, Thompson resgatava a “história a partir de baixo” em oposição a história contada pela classe e pelas frações de classe dominante num verdadeiro desafio teórico e político de contestação das práticas historiográficas de “história a partir de cima”, das ortodoxias Fabiana até ao Stalinismo. Para Thompson, as mudanças sociais ocorridas derivam da experiência histórica tanto econômica, quanto política e cultural dos trabalhadores, os quais aprenderam com a luta de classes a se tornarem conscientes de seus interesses políticos, econômicos e culturais.

³ Segundo Boito Jr. (2013) o estruturalismo de inspiração em Louis Althusser é marcado por suas contribuições na década de 1960 com os livros *A favor de Marx* (1965) e *Ler Marx* (1965) nos quais tenta estabelecer o marxismo, ou o materialismo histórico já que Althusser identifica os dois, como uma ciência social. Althusser estaria em contraposição à Escola de Frankfurt para quem o marxismo era uma crítica da sociedade capitalista; em contraposição a Lukács quem fundiu marxismo, ser social e consciência de classe e em contraposição a Gramsci para quem o marxismo era um “guia para ação”, uma filosofia da práxis. Já na década de 1970, Althusser teria atuado de maneira a responder as críticas de que era demasiado teoricista e estruturalista e tratou de destacar o papel da luta de classes na sua teoria; já na década de 1980 Althusser teria passado pelo o que Boito Jr. (2013) chamou, em homenagem ao autor, de “ruptura epistemológica” ao abandonar suas perguntas sobre as leis e relações de causalidade histórica, concebida como um processo, para adotar a percepção de história como contingência.

Em *A formação da classe operária na Inglaterra* de 1963, Thompson estuda a formação da classe operária inglesa entre 1780 e 1832. A partir das ideias de Marx e Engels, ele faz uma crítica do uso do conceito de classe por parte do marxismo ocidental estabelecido à época; faz também uma crítica à sociologia positivista dominante na historiografia e, por último, uma crítica às ortodoxias historiográficas que fundamentariam o Partido Trabalhista inglês.⁴

Segundo a obra de uma importante intérprete de Thompson, Ellen Wood (1995 [2003]), temos que o historiador inglês fez um resgate das propostas de Marx & Engels (1846 [2007]) para usar rigorosamente o materialismo histórico a fim de analisar a classe social como um processo e uma relação que são ao mesmo tempo sociais e históricos. Situar-se-á o leitor e a leitora sobre o contexto histórico e sobre quem são os interlocutores do historiador inglês.

Segundo Macedo (2017), a principal obra de E. P. Thompson veio à tona num contexto em que a história social britânica se limitava, basicamente a quatro gêneros: história dos sindicatos e partidos operários; biografia de líderes operários; história de doutrinas socialistas e pesquisas sobre padrões de vida dos operários. O livro de Thompson serviu, de certa forma, como um modelo para a reviravolta que se seguiu na história social nas décadas de 1960 e 1970 puxada por todo movimento de luta por novos tipos de democracia e estilo de vida (sendo as revoltas estudantis um traço deste período).⁵ O marco desta mudança foi o papel ativo atribuído às pessoas comuns, os verdadeiros sujeitos históricos das transformações sociais, segundo Thompson. De fato, tal perspectiva o aproxima à conclusão de Marx na *Introdução da Crítica da filosofia do direito de Hegel*, onde aponta que é o trabalhador o sujeito das mudanças sociais.

A perspectiva que o historiador inglês assume na sua obra é a do ponto de vista das pessoas comuns como agente da história. Não por acaso, o autor cunhou o termo a “história a partir de baixo” a fim de salvar do esquecimento a história que as pessoas comuns constroem, em oposição à perspectiva dos grupos dominantes e ricos, que são, afinal, quem escrevem a história oficial dos nossos tempos.

Antes de passar à crítica de Thompson ao marxismo estruturalista, segue a maneira como Thompson define a classe social no famoso prefácio de seu livro. Em primeiro lugar, ele abre o texto dizendo que a classe é um processo ativo, isto é, a classe operária está em constante ato de *fazer-se*, pois depende das “ações humanas e dos condicionamentos objetivos”. Para ele “a classe estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1963 [1987]: 9). E prossegue:

⁴ Destacamos a influência do livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Engels (1845 [2010]) sobre Thompson. Tal livro estuda a classe operária a partir de baixo, com o relato e a denúncias das condições de vida do operariado inglês, tal como o historiador inglês o faria.

⁵ Dentro do campo de estudo da história social, podem ser citados outros historiadores ingleses como Edward Carr e Eric Hobsbawm.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, *tanto na matéria-prima da experiência como na consciência*. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas (THOMPSON, 1963 [1987]: 9. Grifos nossos).

Além disso, em segundo lugar, o autor britânico emenda que “a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica” (THOMPSON, 1963 [1987]: 9). A ideia é a de que os homens e as mulheres fazem as classes formando grupos de “identidade”, ou seja, ao viver as experiências de luta de classes postas por determinantes objetivos do modo de produção, as pessoas se percebem em grupos de interesses (econômico, político e cultural) comuns em oposição a outros grupos de pessoas que também têm uma identidade em torno de outros interesses comuns. Esta relação dentro e entre estes grupos é destacada por Thompson como percebida através do que ele chama de “experiência”, que pode ser tanto herdada como involuntária. Para o autor a classe se torna efetivamente classe quando conforma uma “consciência de classe”, quando têm a noção de identidade entre seus membros e tem noção da independência de seus interesses em oposição aos de outra classe.

Apesar desta afirmação de Thompson, uma qualificação deve ser feita. A consciência de classe é importante a partir de um movimento de identidade, porém a classe social pode existir sem ter uma consciência de classe plenamente conformada. Quando Thompson fala sobre a consciência de classe, está se referindo à sua refuta (de Thompson) a aceitar que a classe operária pudesse ter sido gerada espontaneamente pelo sistema fabril como que num ato natural, alheio à vontade do sujeito. Na síntese que faz da obra de Thompson, Ellen Wood (1995 [2003]) coloca que o autor prioriza os determinantes subjetivos da formação da classe, enquanto agente histórico que molda seu destino (daí a importância da noção de “agência” para Thompson) e os combina com os condicionantes objetivos do modo de produção capitalista (como a exploração e o desenvolvimento industrial) incipiente na Inglaterra do período 1780-1832. Para a autora, Thompson via a classe através de “processos estruturados” que combinam dialeticamente a noção de processo, relação e estrutura.⁶

Segundo Wood (1995 [2003]), a consciência de classe seria o principal indício da madura formação da classe. Através da vivência de experiências históricas vividas sob o que a autora chama de “formas de classe”, os operários puderam se formar como classe. A experiência seria a intermediadora entre as relações de produção e a consciência de classe. As experiências seriam herdadas ou dadas pela entrada involuntária dos homens em certas relações sociais e a consciência de classe seria a forma como a experiência se manifesta culturalmente.

⁶ Adiante veremos a crítica da ideia de estrutura como algo estático que Thompson realiza à obra do marxismo althusseriano. O que Wood (1995 [2003]) está dizendo é que Thompson não exclui a noção de processo com a de estrutura. Ele trabalha com as duas dialeticamente.

Em outro texto, chamado *Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”*, Thompson (1977 [2001]) expõe a categoria histórica de classe social de uma maneira nova, mas totalmente compatível com a do livro de 1963, inclusive por defender classe enquanto uma categoria, ou seja, com certa universalidade:

“Classe”, na minha prática, é uma categoria *histórica*, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível, (o da formação “madura” das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional (THOMPSON, 1977 [2001]: 270).

Após fazer esta afirmação sobre a classe social, o historiador adverte para os riscos das análises sobre classe social que sobrepõem a teoria ao fenômeno histórico que se pretende teorizar. Esta é a crítica de Thompson ao marxismo althusseriano. Segundo Thompson, os althusserianos constroem modelos e estruturas, supondo a validade de expressões objetivas de classe. Vale lembrar que Althusser trata de teorizar o materialismo histórico como uma ciência social.

O marxismo althusseriano, assim como as noções da sociologia positivista, acabam, segundo Thompson, por apreender a classe como uma categoria estática, uma “coisa” definida por determinações objetivas da relação estrutura e superestrutura e desconsidera a influência da experiência histórica de vida das pessoas que conformam a classe. No fundo, Thompson debate com as propostas althusserianas visando combater o abandono teórico que o marxismo ocidental, e aqui ele se refere à escola de Frankfurt também, fizera da classe como o principal sujeito da mudança social no seio da luta de classes e a transferência que este marxismo realizou do protagonismo da classe para outros agentes, como os intelectuais (Thompson, 1978 [1995]).

É esta a crítica de Thompson à noção de estrutura como “origem” e consciência de classe superestrutural “derivada” da corrente estruturalista. Ela seria incapaz de realizar a passagem de classe “em si” para a classe “para si” (como será visto na próxima seção) por ser absorvida pela ideologia dominante e pela cultura dominante, gerando o que o althusserianismo chama de uma “falsa consciência” para a classe trabalhadora.

Para as derivações de Althusser, sem conseguir dar este salto qualitativo, a classe tem de relegar a um ente externo como o partido ou o intelectual ou a seita, a formação da classe. Esta é, segundo Thompson, uma construção teórica absurda de elites que julgam saber melhor do que o sujeito histórico trabalhador como a história deveria ser. Este seria o princípio do “substituísmo”, o qual Thompson ataca apontando a importância da classe como o sujeito principal da mudança social agindo com luta, resistência e auto atividade.

O processo de formação descrito por Thompson gerou muitas controvérsias e polêmicas que não se pretende adentrar e aprofundar aqui. Wood (1995 [2003]), ao tratar de uma destas controvérsias entre Thompson contra Gerald Cohen e Perry Anderson, explica o aparente paradoxo inscrito na obra de Thompson de que a luta de classes precede a formação da classe e que o historiador britânico combina dialeticamente uma noção processual histórica que contempla a subjetividade da experiência como formadora da consciência social com os determinantes objetivos de uma dada estrutura social. Ela os faz da seguinte maneira:

O projeto histórico dele (Thompson) pressupõe que as relações de produção distribuem as pessoas em situações de classe, que estas situações implicam antagonismos essenciais e conflitos de interesse, e que elas portanto criam condições de luta. *Formações* de classe e a descoberta da consciência de classe crescem deste processo de luta, na medida em que as pessoas “experenciam” e “lidam” com suas situações de classe. É neste sentido que a luta de classes precede a classe. Dizer que a exploração é “experenciada em formas de classe e apenas por isso dá surgimento à formação de classe” é dizer precisamente que as condições de exploração, as relações de produção, estão objetivamente lá para serem experienciadas (WOOD, 1995 [2003]: 80. Tradução livre).

Ao debater com críticos de Thompson que o acusavam, de um lado, de não ver classe social onde não havia consciência social e, de outro, de ver classe social em todas as manifestações de cultura popular, Ellen Wood aponta que os críticos de Thompson partiram de uma visão a-histórica das determinações das relações sociais e dos processos estruturados. Conforme Wood, depreende-se do trabalho de Thompson que: “O ponto crucial é que o principal fardo da teoria marxista de classe deve ser menos identificar as localizações de classe do que *explicar os processos de formações de classe*” (WOOD, 1995 [2003]: 81. Tradução livre. Grifos nossos).

Vale enfatizar que quem constitui estes grupos são pessoas no âmbito de relações sociais que adquirem durante sua vida, sob as condições históricas que herdaram ou entraram involuntariamente. Igualmente, segundo Edward Thompson, a classe social só pode existir sob uma noção de totalidade condizente com aquilo que o historiador britânico denominou de consciência social: a maneira como as experiências sociais são tratadas em termos culturais, seja na forma de valores ou de instituições ou, até mesmo, de ideias. Este ponto é uma polêmica, afinal implica uma linearidade para a formação da categoria da “classe social” que diz respeito à sua existência condicionada a conformação de uma consciência de classe. É necessário refletir sobre a possibilidade de a classe existir em momentos em que sua consciência ainda não está formada. O próprio Thompson traz elementos para esta interpretação.

Ainda referente à noção de processo histórico inscrita na classe, Thompson afirma que “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1963 [1987]: 12. V. 1). E continua afirmando é: “[...] uma formação social

e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico” (THOMPSON, 1963 [1987]: 12. V. 1). E, assim, o autor trata durante toda primeira parte de seu livro das tradições culturais operárias inglesas no século XVIII a fim de mostrar o fator cultural da formação da classe operária inglesa, já na segunda parte do livro se dedica aos fatores objetivos como a exploração e mostra como estes fatores são acompanhados de políticas contrarrevolucionárias opressoras.

Vale dizer também que, heurísticamente, a noção de classe tem certa validade universal, desde que guardadas as observações de que em sociedades anteriores à sociedade capitalista, o conceito de classe é válido se está associado ao conceito de *luta de classes*. Há uma certa universalidade na categoria de luta de classes que é ressaltada por Thompson. É neste sentido, inclusive que Marx & Engels (1848 [1998]) já no começo de seu manifesto dizem que a história de todas as sociedades é a história da luta de classes, é a história de grupos com identidade de interesses que se percebem em oposição a outros grupos de interesses. Não quer isto dizer que a história da humanidade é a história da classe operária versus a classe capitalista, o ponto é que a luta de classes precede a existência da própria sociedade burguesa.⁷ Portanto, para Thompson, a noção de luta de classes precede a de classe por ser mais universal e deveria ser o “conceito prioritário” nos estudos sobre a formação da classe. Em suas palavras:

[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 1977 [2001]: 274).

Está claro então que o ponto de partida é a luta de classes. Na obra de Thompson, a “agência histórica” é determinante para uma classe, no sentido de que é o resultado da experiência de vida sob a luta de classes. Ao recorrer ao exemplo de Marx (1852 [2011]) no seu *18 Brumário de Luis Bonaparte*, Thompson (1960) aponta como se formou a classe dos camponeses na França através da percepção da consciência de classe derivada da luta de classes adjacente:

Para Marx, uma classe define a si mesma em termos históricos, não porque foi feita por pessoas com relações comuns com os meios de produção e uma experiência de vida comum, mas porque essas pessoas *tornam-se conscientes* dos seus interesses

⁷ Ellen Wood corrobora assim com tal afirmativa: “*Class struggle therefore precedes class, both in the sense that class formations presuppose an experience of conflict and struggle arising out of production relations, and in the sense that there are conflicts and struggles structured ‘in class ways’ even in societies that do not yet have class-conscious formations*” (WOOD, 1995 [2003]: 83).

comuns e desenvolvem formas apropriadas de organização e ação comuns (THOMPSON, 1960: 24).

Portanto, vê-se que Thompson remete a Marx para sua análise de classe social. Em sua obra mais madura, *O Capital*, Marx faz a crítica da economia política enquanto crítica do sistema do capital que tem um conjunto de relações sociais como se fossem relações entre coisas. É necessário lembrar que Marx não chegou a completar sua análise sobre a teoria das classes sociais.⁸ Todavia, se tomamos o conjunto da obra de Marx como um processo em andamento em correspondência com o movimento histórico de que participava e de acordo com o acerto de contas que fez das suas influências teóricas e políticas, vemos que a obra marxiana, enquanto uma unidade, fornece pistas muito contundentes para a afirmação de que, embora incompleta e com certas inconsistências, há uma teoria de classes em Marx.

Não pretendemos dar argumentos de autoridade filológica sobre o tema, mas apontamos como caminho para uma teoria de classes em Marx que utilizaremos aqui as seguintes obras: a *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (Marx, 1844c [2013]), onde Marx contesta a visão de Estado em Hegel e encontra o sujeito da revolução na classe trabalhadora pela primeira vez; *A Ideologia Alemã* (Marx & Engels, 1846), por tratar da questão da consciência social e da ideologia; *o 18 Brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 1852 [2011]) por tratar da questão da identidade da classe trabalhadora francesa como essencial para a conformação da consciência de classe e, logo, da própria classe, além de tratar o Estado como o espaço onde se realiza a luta de classes; *O Capital*, obra mais madura de Marx que além das construções teóricas, tem a parte histórica, por exemplo, do capítulo VIII do volume 1 sobre a jornada de trabalho dos operários ingleses.⁹

Em conformidade com esta afirmação, verifica-se que no exemplo histórico sobre o período revolucionário e contrarrevolucionário francês de meados do século XIX, Marx (1852 [2011]) já dava sinais de uma análise de classes sociais. Somente sob a verificação de determinadas condições, as famílias de camponeses parceiros na França do século XIX formavam uma grande massa de pessoas vivendo sob a mesma situação que, mesmo que vivessem isoladas uma das outras, chegaram a constituir uma classe social. Na seguinte passagem Marx coloca assim a questão:

⁸ O Capítulo 52 do terceiro volume de *O Capital* intitulado “As classes” possui pouco mais de uma página e termina com uma anotação do Engels “aqui termina o manuscrito”. Nele, Marx começa uma discussão sobre as classes sociais colocando duas perguntas: “o que vem a ser uma classe?” e o que faz com que assalariados, capitalista e proprietários da terra constituam as três grandes classes sociais?” (MARX, 1894 [2017]: 947 - 948). Marx não chega a desenvolver o tema neste volume, mas o coloca em termos da distribuição da sociedade em classes para logo em seguida falar da expropriação originária entre os que detém os meios de produção e aqueles que só detêm sua força de trabalho para vender e subsistir. Anuncia também que pela lei geral de acumulação capitalista a tendência é que esta divisão se reforce, o capital se concentre e se centralize. Apesar deste capítulo ser muito pequeno, afirmamos que a análise de classes em Marx deve ser buscada ao longo de toda sua obra.

⁹ Indicamos *Guerra civil na França* de Marx (1871 [2011]), *Sobre a questão judaica* de Marx (1844b [2010]) e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Engels (1884 [1984]) como obras complementares de Marx e Engels sobre a questão do Estado.

Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma (MARX, 1852 [2011]: 143).

O ser humano é então agente, sujeito, de sua história. É ele quem pode tomar consciência, a partir de suas experiências, de seus valores e de seus princípios de sua situação enquanto classe como um grupo que compartilha uma identidade de interesses em oposição aos interesses de outros grupos.

Numa outra passagem, de *A Ideologia Alemã*, Marx & Engels (1846 [2007]) recorrem a um exemplo histórico específico e mais longínquo e mostram como na Europa da Idade Média uma série de contradições dão espaço para a emergência de uma classe, a burguesia, em oposição aos interesses dos senhores feudais. Do desenvolvimento da burguesia, surge outras frações de classe e até mesmo uma classe nova, o proletariado. Também se pode notar a relação dialética de ambivalência, de dupla determinação, entre a classe social e as contradições do modo de produção feudal. Ao mesmo tempo em que os homens e mulheres criam uma classe, eles são, pelas contradições do seu tempo histórico, determinados.

Nesta citação, Marx & Engels (1846 [2007]) trazem vários dos elementos sublinhados por Thompson como as determinações objetivas do modo de produção, a luta de classes e frações de classe, a identidade de interesses comuns dentro de certo grupos de pessoas em oposição aos interesses de outros grupos, a formação da consciência da classe e a formação da classe. Afirnam:

Na Idade Média, os burgueses eram forçados, em cada cidade, a se unir contra a nobreza rural a fim de salvar sua pele; a expansão do comércio e o desenvolvimento das comunicações levaram as diversas cidades a conhecer outras cidades que haviam defendido os mesmos interesses na luta contra a mesma oposição. Das muitas burguesias locais das diversas cidades nasceu pouco a pouco a *classe* burguesa. As condições de vida dos burgueses singulares, pela oposição às relações existentes e pelo tipo de trabalho que daí resultava, transformaram-se em condições que eram comuns a todos eles e, ao mesmo tempo, independentes de cada um individualmente. Os burgueses criaram essas condições de vida na medida em que se separavam da associação feudal, e foram criados por elas na medida em que eram determinados por sua oposição contra a feudalidade então em vigor. Com o estabelecimento do vínculo entre as diferentes cidades, essas condições comuns desenvolveram-se em condições de classe [...]. A própria burguesia desenvolve-se apenas progressivamente dentro de suas condições, divide-se novamente em frações distintas, com base na divisão do trabalho, e termina por absorver em si todas as preexistentes classes de possuidores (enquanto desenvolve a maioria das classes possuidoras preexistentes e uma parte da classe então possuidora em uma nova classe, o proletariado), na medida em que toda a propriedade anterior é transformada em capital industrial ou comercial. Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmo se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza, por sua vez, em face dos

indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela (MARX & ENGELS: 1846 [2007]: 63).

A gênese das classes sociais é desvendada através da crítica de Marx e Engels. Pelo princípio da acumulação primitiva ou originária, que além de um processo histórico, é um fenômeno que reproduz as condições de existência das classes sociais, há a reprodução do antagonismo entre capital e trabalho num verdadeiro processo de acumulação originária permanente e contínua. A classe social, sob o capitalismo, é então um fenômeno histórico e lógico, pois ela depende da existência da acumulação originária, processo verificado como condição objetiva para a existência do capitalismo.

Segundo a crítica da economia política marxiana, com o processo histórico de expropriação visualizado na Europa desde o século XV, se estabeleceu a divisão entre proprietários dos meios de produção, de um lado, e aqueles que só possuíam sua força de trabalho para sobreviver, de outro. Com este processo histórico de acumulação primitiva, alicerce histórico da produção propriamente capitalista, as forças produtivas foram desenvolvidas com fins de geração de mais-valor: trabalho excedente em relação ao tempo necessário de trabalho para produzir o valor da reprodução da força de trabalho que não é apropriado pelo trabalhador que engendra a reprodução ampliada do capital.

A lógica da acumulação capitalista é gerar mais-valor, necessitando engendrar formas de sempre manter sua geração. Uma das formas mais explícitas é a de gerar uma população excedente em relação às necessidades do capital, gerando um verdadeiro exército de reserva de força de trabalho, comprimindo ao mínimo o valor da força de trabalho.

A dinâmica de criação de um exército de força de trabalho que está marginalizado do mercado de trabalho, independente da variação no tamanho da população, responde às necessidades de valorização do capital, sendo, assim, alavanca e condição de sua acumulação. Portanto, a acumulação capitalista é baseada na exploração do trabalho e na geração simultânea de pobreza e de força de trabalho excedente (Marx, 1867 [2013]). A gênese capitalista é a chave da divisão da sociedade em classes conflitantes: burguesia contra trabalhadores.

Colocados elementos principais da discussão da classe na teoria marxista de E. P. Thompson e na teoria marxiana, seguir-se-á para a discussão mais aprofundada de como os agentes históricos que conformam as classes sociais constroem, diante da luta de classes, laços de solidariedade e de identidade como um grupo social que tem interesses comuns e em oposição a de outros grupos sociais a partir da formação da consciência.

3 – A classe enquanto processo identitário

A consciência social é um processo em movimento, não é uma coisa dada. Assim, ela se transforma incessantemente de uma forma a outra. A consciência contém, em cada momento,

contradições que servirão de elementos para sua superação em novas formas que, por sua vez, também conterão contradições que desembocarão em novas mudanças. As novas formas, ao negarem e superarem as antigas, carregarão impreterivelmente elementos de suas formas anteriores.

Com a concepção de Marx no prefácio de *Para a contribuição à crítica da economia política* de 1859, temos que numa sociedade o ser humano, para produzir a base material de sua existência e reprodução, assume relações sociais de produção, necessárias e independentes de sua vontade, correspondentes a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas – constituída pela natureza, pela força de trabalho e pela tecnologia –. Nas palavras de Marx: “O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social” (MARX, 1859 [2008]: 47).

Da relação dialética de mútua determinação entre estrutura e superestrutura conforma-se um determinado “modo de produção da vida material”, pelo qual o ser social, ao reproduzir as bases de sua existência, determina sua consciência social: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 1859 [2008]: 47). O conjunto da estrutura econômica é conformado pela base material da vida, pelas relações de produção e pelas forças produtivas enquanto que, representando as mesmas coisas sob outra forma, a superestrutura é constituída pelos aparelhos jurídicos, pelo aparelhamento político e pela forma que a sociedade vê a si mesma através da ciência, da cultura, da religião, da arte, da filosofia, ou seja, pela forma ideológica que adquire a consciência social do conflito entre as forças produtivas e as relações de produção e sua forma de resolução.

Com o desenvolver das forças produtivas, o grau em que se encontram as relações sociais passa a ser contestado. Há uma defasagem entre o processo de constituição daquelas forças produtivas, em mutação constante, e das relações sociais, as quais, em determinado período histórico, são dadas. Deste conflito emerge um período de revolução, isto é, de “transformação social” em que a sociedade nova nasce da velha carregando traços da formação social anterior, mas negando-a e em vias de a superar. Assim foram os processos de transição dos diferentes modos de produção analisados por Marx: da escravidão para a servidão e da servidão para o capitalismo. Esta relação de conflito de dupla determinação entre estrutura e superestrutura ditada pela luta de classes é a base da crítica da economia política marxiana e que remete a uma análise mais detida da problemática da consciência de classe.

Segundo Iasi (1999), a consciência de classe é antes de tudo social e individual. Ela é construída no indivíduo que vive socialmente. Na medida em que o ser humano se vê em contato com outro indivíduo, percebe sua individualidade diante do outro. Portanto, ele interioriza uma realidade

externa a ele mesmo, mas da qual também faz parte. A consciência nasce então, na sua forma elementar, da percepção de uma relação.

É na família, ou no ambiente em que é criado, que o indivíduo tem estas primeiras percepções. Neste contato, que assume como naturais, o indivíduo apreende uma série de noções histórica e socialmente construídas. Na sua forma elementar, os indivíduos atribuem sua experiência particular de vida como uma verdade universal, eles buscam, portanto, generalizar uma experiência particular como se ela fosse universal. Esta ultra generalização seria uma *primeira forma de consciência* na qual a consciência expressa-se como alienação, isto é, a naturalização de relações que são sociais.

Este mecanismo começa a ser analisado por Marx (1844a [2004]) já em *Manuscritos econômicos - filosóficos*. O processo de acumulação originária e permanente conduz o processo de alienação a seu patamar mais desenvolvido ao apresentar o processo produtivo ao trabalhador como se o trabalho corporificado na produção fosse estranho e exterior ao seu produtor, alienando o trabalho do trabalhador, transformando o trabalho em uma mercadoria de “propriedade” do trabalhador que aparece na superfície como um “livre produtor” da mercadoria força de trabalho vendendo-a “livremente” no mercado.

Importante salientar: a alienação é distinta de ideologia. A alienação é a base da ideologia como forma de dominação, ela expressa a primeira forma de consciência e tem forte carga afetiva da experiência de vida do indivíduo. Já a ideologia é, segundo Marx & Engels (1846 [2007]), a expressão em ideias das relações materiais de produção das classes dominantes em determinada época e que fazem desta classe a dominante, em um certo período histórico. A ideologia não é, como queriam os “críticos críticos”, um ato meramente cognitivo, não é um conjunto de ideias transmitidas acriticamente.¹⁰

A ideologia representa a forma como as classes dominantes, em determinada formação social, universalizam suas ideias como se fossem ideias de toda a nação, como se fossem ideias independentes da separação da sociedade em classes, independentes da expropriação originária que separa continuamente os que são possuidores dos meios de produção daqueles que possuem somente a mercadoria força de trabalho para sobreviver. A expropriação constitui uma contradição insuperável dentro do capitalismo: a produção social é privadamente apropriada. Esta forma de dominação colocada em prática pela ideologia só é possível porque as classes dominantes detêm aquilo que Antonio Gramsci chamaria de aparelhos privados de hegemonia: a imprensa, as escolas, as universidades, igreja etc. Portanto a ideologia é a expressão em ideias da dominação econômica das classes possuidoras.

¹⁰ Os “críticos críticos” são os autores “neo-hegelianos” (Max Stirner, Bruno Bauer, Ludwig Feuerbach) com quem Marx & Engels travam a polêmica contida em *A Sagrada Família*, Marx & Engels (1844 [2003]).

A alienação se expressa em três níveis: i) o do estranhamento do ser humano em relação à natureza. A relação do homem com a natureza é dada pelo trabalho, na medida em que, no modo de produção capitalista, o ser humano é transformado em coisa, o produto de seu trabalho passa a lhe ser estranho e como se não lhe pertencesse, como se lhe fosse exterior. Sua relação com a natureza aparece então modificada; ii) ao alienar-se do trabalho, atividade própria e caracterizadora da vida humana, o ser humano transforma a labuta em meio de vida. O trabalho social deixa de ser o que diferencia o homem e a mulher do animal, e o ser humano se auto aliena; iii) o trabalho deixa de ser o elo entre indivíduo e sociedade, deixa de ser o meio para a produção social da vida para virar o meio que garante a própria reprodução do indivíduo, o ser humano se aliena assim da sua própria espécie.

Ao perceber como naturais relações materiais historicamente construídas, o ser humano constrói, desorganizada e ocasionalmente, uma visão de mundo que Gramsci (1934 [1999-2006]) chamaria de “senso comum”: uma visão acrítica, sem percepção histórica e sem noção do contexto em que surgem estas relações. Ele assume experiências de sua vivência própria como se fossem universais e naturais. Chega-se, então a assertiva de que a primeira forma de consciência constitui a alienação através do senso comum.

Pelo método dialético, tem-se que as relações individuais e sociais determinam a consciência. Por isso, ao mesmo tempo em que as relações sociais iniciais, vividas pela maioria dos indivíduos no interior da família, os determinam, as relações materiais de produção desta sociedade também determinam a família deste indivíduo, seus valores e princípios. Portanto, aquilo que é determinante é também determinado. Somente através deste processo totalizante e cheio de contradições é que as relações materiais dominantes são reproduzidas e garantidas como dominantes, na forma de ideias.

Uma contradição da primeira forma de consciência é o fato de as forças produtivas estarem sempre em desenvolvimento enquanto as relações materiais de produção e suas justificativas ideológicas, num dado momento histórico, permanecem estáticas. Marx e Engels (1846 [2007]) perceberam esta contradição e descreveram que as relações de produção e a ideologia entram, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, em confronto com as forças produtivas e as ideias dominantes, que são apresentadas como os interesses gerais da sociedade, passam a ser questionadas por aqueles que são dominados. Assim, a contradição da primeira forma de consciência vem na forma de “revolta” contra a incompatibilidade entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações materiais de produção e a ideologia. Conforme os autores, toda forma de exploração é uma expressão de dominação. A revolta, porém, não significa a superação desta contradição, aparece como a percepção de algo injusto e, potencialmente, como um passo para um novo momento do processo de consciência.

Segundo Iasi (1999), o elemento qualitativo que transforma a primeira forma de consciência é a vivência em grupo. Se na primeira forma, o indivíduo formava sua consciência na percepção de sua existência na relação com outros indivíduos, é na vivência em grupo que o indivíduo pode perceber que as injustiças das contradições da forma alienada de vida podem gerar uma identidade entre certos grupos de indivíduos gerando a *segunda forma de consciência*. A injustiça vivida em grupo difere da vivida individualmente, pois esta acaba sendo vivida como algo natural, uma fatalidade social, enquanto aquela gera a potencialidade de uma ação coletiva contra algo que passa a ser considerado injusto.

A revolta da classe operária manifestada na forma de greve é uma maneira didática de se pensar sobre o tema. A ação é direcionada para a reivindicação e exigência de mudanças. Esta é a base daquilo que Marx trabalha como consciência “em si”: a consciência de reivindicação de interesses comuns a um grupo. No caso da classe trabalhadora é a consciência de existência independente da classe operária diante da classe burguesa, que será exercida através da formação de sindicatos e da luta sindical. Outros exemplos podem ser listados de grupos que historicamente manifestam a criação da segunda forma de consciência: as lutas populares, as lutas das mulheres, dos negros, da comunidade LGBTQ etc.

Estes grupos por mais que tenham desenvolvido a consciência em si e que se revoltam diante de situações consideradas como injustas, não necessariamente têm as bases para a superação destas contradições. Apesar de perceberem os baixos salários, a discriminação étnica, a discriminação de gênero etc. estes indivíduos e grupos ainda vivem sob a ideologia dominante. Assim se desenvolvem as contradições da segunda forma de consciência: os grupos, por mais que reivindiquem a correção de injustiças, podem se contentar com mudanças quantitativas como, por exemplo, um aumento salarial ou cotas para serviços que historicamente os grupos minoritários não tem acesso. A reivindicação está condicionada pelas regras impostas pelos grupos dominantes, portanto, esta forma de consciência e seus instrumentos políticos são limitados.

Assim a contradição da segunda forma de consciência reside no fato de, ao negar o sistema capitalista constituindo-se como “classe em si”, como uma classe independente do capital, *a classe trabalhadora acaba por reafirmar o sistema capitalista*. Este processo que pode parecer paradoxal é desvendado ao se perceber que, ao conseguir que algumas de suas reivindicações sejam cumpridas, a classe trabalhadora voltará ao seu trabalho, reproduzindo o sistema do trabalho assalariado. Portanto, a mera existência de classe em si não passa de um momento de reivindicação, de negociação dentro de moldes propriamente capitalistas.

É na passagem da consciência de “classe em si” para uma consciência de “classe para si” que há um salto qualitativo, pois esta passagem contém a tarefa histórica de superação da ordem capitalista. Segundo Marx & Engels (1848 [1998]), é na dupla negação (negação da posição

desprivilegiada de classe subordinada e depois da negação da própria existência da classe operária) que a classe trabalhadora adquire uma consciência efetivamente de classe, assumindo uma luta para toda a sociedade mediante sua emancipação em relação ao capital. A interpretação de Thompson sobre a formação da classe operária inglesa vista na seção anterior é totalmente compatível com esta linha de raciocínio.

Se a consciência social estaciona na segunda forma, há consequências graves como a burocratização, o carreirismo e o corporativismo dentro da classe operária. Este é um processo não-linear e passível de retrocessos. Se a crítica não negar duplamente as contradições e a existência do capitalismo, se realizar a negação do capitalismo apenas por uma de suas dimensões, a crítica resultará em reforço do próprio sistema do capital. Ela tratará de adaptar-se à ordem estabelecida por não tratar das causas dos problemas, senão somente de seus efeitos. A constatação das contradições da sociedade capitalista pode fazer com que um grupo de indivíduos perceba que a transformação da sociedade se impõe à constatação da reivindicação de melhoras nas condições de vida. Esta constatação de contradições *potencialmente* faz com que os grupos busquem entender como funciona a sociedade e queiram assumir o papel de sujeitos das mudanças necessárias.

As contradições da consciência revolucionária residem no fato de a transformação social demandar uma consciência de “classe para si” de um grupo que é formado por indivíduos que têm, boa parte das vezes, interesses e objetivos pessoais que diferem de interesses e objetivos sociais consolidados em grupos de identidade econômica, política e cultural.

Como destacou Iasi (1999), a consciência de classe tem uma temporalidade que transcende as perspectivas do horizonte de vida do indivíduo, pois o objeto de transformação da revolução é social e demanda uma transição que toma tempo. Assim, a noção de potencialidade da classe e a consciência da possibilidade de vitória são partes integrantes da consciência de classe. As concepções de vida burguesa devem ser abandonadas para que a negação do capitalismo se dê da forma dupla mencionada acima: negação das injustiças e negação do sistema que produz e reproduz estas injustiças. O ser humano só pode ter consciência de classe se percebe que a sua história se dá através da história de sua classe e da luta entre as classes, o legado é de uma ação coletiva, não é de um grupo restrito de indivíduos.

A aquisição de uma nova consciência se faz possível se existirem condições objetivas para tal. É verdade que as ideias de uma nova sociedade antecipam a existência de uma nova sociedade, assim o foi com a revolução burguesa, as ideias burguesas, nascidas no período de crise do modo de produção feudal, anteciparam à sociedade burguesa, mas estas ideias só puderam se consolidar com a existência mesmo de condições objetivas que viabilizassem a sociedade burguesa. É verdade também que estas novas ideias em um modo de produção que se tornou antigo só podem ganhar a

“opinião pública” se o Estado passa a ser, de certa forma, controlado pelas novas classes economicamente dominantes e emergentes em poder.¹¹

Como exemplo, citamos a análise de Gramsci (1934 [1999-2006]) sobre o período do *Risorgimento*, período no qual os moderados, partido que representava interesses de uma classe relativamente homogênea, dominou, pelo processo de “transformismo”, o Partido de Ação, um partido sem base de apoio definida. Segundo o autor sardo, o transformismo seria o processo gradual, mas contínuo, pelo qual um grupo ou partido busca a ampliação da base da classe dirigente, absorvendo com métodos de eficácia variadas grupos adversários e aliados. Através destes métodos, a classe dirigente, ou hegemônica, realiza uma “revolução sem revolução” na medida que não necessita contar apenas com sua força material, ela pode anular, e até mesmo aniquilar, por longos períodos forças inimigas.

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, C.19. V.5. 24. 1934 [1999-2006]: 62-63).

Para Iasi (2017), esta passagem de Gramsci significa que qualquer classe é uma manifestação particular de uma sociedade que está sob permanente luta das classes que a constituem. Em um momento revolucionário, uma certa classe reunirá as condições de expressar, via sua particularidade, os desejos universais, sintetizando interesses divergentes de diversas classes e frações de classe. Ser dirigente implica disputar e ter predominância de ideias, juízos, valores e teorias mediante outras classes e frações de classe que detêm uma visão própria de mundo e que se tornam, para aquela classe que aspira a dominação, obsoletas.

Marx (1859 [2008]), operando com o método materialista histórico, alertara que não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas o ser social que determina sua consciência. E, como ressaltara Thompson (1963 [1987]), é através das experiências concretas baseadas na base material da vida, que os indivíduos percebem laços que sintetizam, sob algumas condições, uma consciência de classe. A classe é, porém, fruto de condições objetivas e tem um sujeito, um agente, que faz a história. Nas palavras de Wood (1995 [2003]), a classe é um “processo estruturado”.

Como ressalta Neto (2018), a luta de classes não pode ser apreendida depois que o processo de subordinação da expropriação originária está em prática, o conflito de classe não pode ser

¹¹ A discussão sobre o Estado na teoria marxiana e marxista não pôde ser realizada neste espaço. É um tema muito caro à discussão das mudanças sociais e, assim como a categoria de classe social, está fundada na centralidade da luta de classes. Esta discussão está sendo desenvolvida pelo autor deste artigo em outro texto.

compreendido como se as classes se constituíssem de forma abstrata ou natural a partir de seus interesses. O processo de formação das classes se dá, desde o princípio, através de uma luta, de uma disputa pelas condições materiais de produção e reprodução da vida.

Voltando ao tema da precedência da luta de classes sobre as classes, vemos que, segundo Holloway (1999), a luta de classes não se dá dentro das formas constituídas nas relações sociais, ao contrário, a configuração destas formas já é, em si mesmo, luta de classes. A luta de classes se dá mediante o processo de fetichização (processo de atribuir características humanas a coisas) e reificação (processo de atribuir características de coisas a seres humanos) que perpassa todas as esferas das relações sociais, sejam econômicas, políticas, culturais, simbólicas etc.

Era objetivo de toda a crítica de economia política elaborada por Marx mostrar como, no sistema do capital, a relação entre seres humanos se apresenta como relação entre coisas, mediadas pelo dinheiro, e como o próprio ser humano se alienava neste processo passando pelos processos de estranhamento e alienação. De acordo com Neto (2018), a constituição da classe então deve ser entendida como o próprio processo de fetichização, de separação entre sujeito e objeto, em que o homem é constantemente afastado de sua totalidade e a transfere aos seus objetos.

Este processo de alienação é central para a compreensão da ideologia em uma dada sociedade, pois representa a maneira como a classe dominante expõe suas ideias ao conjunto da nação e a convence de que suas ideias (as da classe dominante) são as de todas classes. É desta discussão sobre os modos de produção, da importância da luta de classes e da alienação que a teoria marxiana e marxista derivará o estudo do Estado enquanto unidade contraditória entre sociedade civil, o conjunto dos aparelhos privados de hegemonia, e sociedade política, o conjunto dos aparelhos coercitivos e burocráticos do Estado (Gramsci, 1934 [1999-2006]). Portanto, o estudo da formação da classe social e da consciência social é um dos passos necessários, mas não suficiente, para a compreensão das mudanças sociais. É através da compreensão da formação do Estado que se pode entender as possibilidades abertas aos regimes políticos dos tempos atuais.

4 – Considerações finais

Este trabalho teórico mostrou, a partir de uma seleção de autores, como a classe social é um processo e uma relação históricos em movimento. Esta relação e processo são construídos por agentes, mulheres e homens, que através de suas experiências de vida, individuais e sociais, formam consciência de sua existência, de sua identidade de interesses, cultura e anseios com um grupo de pessoas que passam pela mesma experiência. Entretanto, nem sempre a classe poderá formar uma clara consciência de classe, ficando presa a uma das contradições das formas de consciência, seja a revolta, seja a incapacidade de se rebelar contra o capitalismo. Um exemplo disto é o esvaziamento da luta sindical em países da América Latina promovida pelos processos de desindustrialização

atrelado ao reforço do neoliberalismo e ascensão de regimes politicamente conservadores nestas últimas décadas.

A identidade que uma classe social forma entre si está em confronto com as experiências, anseios e interesses de outros grupos de pessoas de uma sociedade. Assim, a classe social é vivida e formada pelos homens e mulheres enquanto vivem sua própria história, como estipulou E. P. Thompson, a partir da luta de classes.

A classe existe no interior de uma formação social, num contexto histórico específico. Em cada formação social haverá um grupo de pessoas que conformará a classe dominante, pois constituem a força material daquela sociedade por controlar e reger as relações materiais de produção. Ao mesmo tempo em que este grupo (ou classe) dominante constitui a força material em oposição aos dominados, constitui a locomotiva moral desta sociedade por conseguir expressar idealmente as bases de sua dominação econômica sintetizando seus interesses como se fossem os interesses gerais da sociedade.¹² Então as mudanças sociais dependem, além da luta econômica de classes, da sua manifestação superestrutural, na qual a ideologia joga papel decisivo. Portanto, esta discussão não se dá no vazio, ela só pode ser apreendida no interior de uma sociedade que contém um Estado, expressão da unidade entre sociedade civil e da sociedade política num determinado contexto histórico.

Conclui-se então que o debate sobre a classe social é todo baseado na centralidade da luta de classes enquanto um processo e uma relação históricos que conformam grupos de identidade que se confrontam entre si e, potencialmente, constroem consciência sobre este fenômeno e passam a demandar mudanças sociais. Conclui-se também que esta discussão sobre classe social e mudanças sociais abre a necessidade de pesquisa da relação da luta de classes com a noção de Estado, pois é ali que se apresentarão as contradições entre as relações de produção e o grau de desenvolvimento das forças produtivas, é ali que serão apresentados as limitações de cada estrutura e superestrutura sociais. Será ali, portanto, que estarão desenhadas as possibilidades abertas às formas existentes de “democracia” que se conhecem na sociedade liberal burguesa: a democracia aberta, a democracia fechada e suas variantes. Tal pesquisa sobre o Estado fica posta para um outro texto.

Referências bibliográficas

BOFFO, Marco; SAAD-FILHO, Alfredo; FINE, Ben. Neoliberal Capitalism: the authoritarian turn. *In Socialist Register* 2019. pp. 247-270. 2018.

BOITO JR., A. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. **Novos temas**, São Paulo, n. 9, p. 153-182, 2013.

¹² Na tradução da Boitempo de Marx & Engels (1846 [2004]), utiliza-se a palavra espiritual. Substituímos por moral para não causar confusão com qualquer princípio idealista.

- DOBB, M. **Teorias do valor e da distribuição desde Adam Smith**. Lisboa: Ed. Martins Fontes, 1973 [1977].
- DURIGUETTO, M. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.
- DURIGUETTO, M. L. Sociedade civil em Gramsci: um debate necessário. **Libertas**, Juiz de Fora, 8, jul-dez 2008. 83-94.
- DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serv. soc. soc.**, São Paulo, n. 118, 2014. 265-293.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo editorial, 1845 [2010].
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e da família**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1884 [1984].
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcer**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, v. 1-6, 1934 [1999-2006].
- HOLLOWAY, J. Clase y clasificación. **Cuadernos del sur**, novembro 1999. 111-120.
- IASI, M. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.
- IASI, M. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Prado Júnior, 2017.
- LENIN, V. **O estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1917b [2017].
- LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006 [2007].
- MALTA, M. *et al.* **Ecos do desenvolvimento: Uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.
- MACEDO, F. **O (re)fazer-se da historiografia: a obra de E. P. Thompson na produção discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (1982-2002)**. Tese de doutoramento, 2017. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo editorial, 1844a [2004].
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo editorial, 1844b [2010].
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo editorial, 1844c [2010].
- MARX, K. **As lutas de classe na França**. São Paulo: Boitempo editorial, 1850 [2012].
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1852 [2011].
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 1859 [2008].

- MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo Editorial, v. 1, 1867 [2012].
- MARX, K. **A guerra civil na França.** São Paulo: Boitempo editorial, 1871 [2012].
- MARX, K. **Crítica do programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo editorial, 1875 [2012].
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo editorial, v. 2, 1885.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo editorial, v. 3, 1894 [2017].
- MARX, K. **Teoria da mais-valia: história crítica do pensamento econômico.** São Paulo: Civilização brasileira S.A., v. 1-3, 1905-1910 [1980].
- MARX, K.; ENGELS, L. **A sagrada família ou a crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes.** São Paulo: Boitempo editorial, 1844 [2003].
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo editorial, 1846 [2007].
- MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista.** São Paulo: Boitempo editorial, 1848 [1998].
- NETO, I. **Enigma Brasil elevado e anulado para uma teoria crítica da economia política brasileira: formas de constituição de classe no Brasil nos anos 2000.** Rio de Janeiro: Tese de doutoramento, 2018. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política de tributação.** São Paulo: Nova Cultural, 1817 [1966].
- THOMPSON, E. Revolution again! or shut your ears and run. **New left review**, 1960. 18-31.
- THOMPSON, E. **A formação da classe operária na Inglaterra.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1963 [1987] V.1-3.
- THOMPSON, E. Algumas observações sobre e "falsa consciência". In: THOMPSON, E. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora da Unicamp, 1977 [2001]. p. 269-286.
- THOMPSON, E. **The poverty of theory: or an orrery of errors.** London: Merlin Press, 1978 [1995].
- WOOD, E. **Democracy against: renewing historical materialism.** Cambridge: Cambridge university press, 1995 [2003].